A UNIVERSIDADE E A CRISE

WINSTON CHURCHILL, assinada a rendição da Alemanha de Hitler, declarou que a Segunda Guerra Mundial havia sido ganha nas universidades. Não foi à-toa que bombardeios da Luftwaff se concentraram em boa parte sobre os centros de pesquisa da Grã-Bretanha, felizmente nem sempre com sucesso.

Embora o exemplo seja extremo, vale para ilustrar minha crença pessoal de que as crises trazem em seu processo histórico componentes de risco e oportunidade. As universidades se me afiguraram sempre — e esqueço aqui desilusões circunstanciais — aquelas instituições capazes de desbravar caminho, de assumir riscos e de decidir, com o esforço concentrado de seu saber, momentos históricos considerados difíceis e insolúveis.

Como reitor de uma universidade que se projetou admiravelmente nos últimos anos, e como cidadão participante de um país mergulhado talvez na sua crise mais profunda, vejo a universidade sob dois ângulos diversos. Por um lado, a universidade é parte da crise porque é parte da sociedade e porque, como ela, sofre as consequências da crise. Por outro lado, cabe à universidade colocar-se acima da crise e desempenhar o papel crucial de buscar alternativas para a sua solução.

Essa dupla condição — o de ser parte da crise e o dever de estar acima dela — tanto pode trazer embaraços quanto efeitos benéficos sobre a atuação da universidade. É embaraçosa quando a universidade se encastelou e se afastou de seus objetivos. Mas é benéfica a partir do momento em que, refletindo a crise e percebendo-se parte do problema e parte da solução, a universidade acorda para o fato de que não vive isolada de uma comunidade de cidadãos, e que nela está inserida.

*José Aristodemo Pinotti**

Se a universidade brasileira só nasceu de fato em 1934, com a criação da Universidade de São Paulo, as raízes de seu insulamento provêm, entretanto, de velhas questões parlamentares do século dezenove, quando repetidas vezes se tentou, sem sucesso, implantar no Brasil a instituição universitária. Houve tentativas malogradas em 1823, 1842, 1847, 1870 e 1881. E desde logo se sabia que não eram dificuldades financeiras, mas obstáculos de natureza política que mais tarde definiriam a própria natureza da universidade. Forças centrípetas e centrífugas batiam-se pela supremacia, e a idéia da universidade era utilizada ora para defender a unidade centralizadora do poder, ora para reivindicar as autonomias provinciais. No fundo, contudo, a idéia que prevalecia era a de uma universidade napoleônica, que servisse basicamente a seus próprios fins e se realimentasse de seus próprios frutos.

Ainda que essas concepções tenham sido banidas do projeto original de ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA, o espírito do Império e da República Velha não havia abandonado completamente a idéia universitária dos anos 30, e continua vivo até hoje, quando a existência universitária brasileira é, sem dúvida, uma realidade.

Talvez isso explique a ausência de comoção da universidade em relação à crise que estamos vivendo. Certamente também explica o fato de a universidade ter-se trancado dentro de seus muros, ter-se abrigado numa torre de marfim, vivendo por velocidade adquirida e sem maiores compromissos com a comunidade que a sustenta e que espera dela benefícios importantes.

Assim é que, passando ao largo da disparidade existente entre nossas universidades oficiais, federais ou estaduais — disparidade definida mais por diferenças de recursos que por di-

* Professor Titular de Ginecologia e Obstetrícia do Departamento de Tocoginecologia da Faculdade de Ciências Médicas e Reitor da Universidade Estadual de Campinas.

versidade de postura filosófica — podemos afirmar que todas, sem exceção, padecem de grandes distorções.

O academicismo envelhecido que faz com que boa parte dos pesquisadores e professores se filie a linhas de pesquisas tradicionais e inócuas para nosso meio, e se coloquem em posição de impedir ou de dificultar qualquer modificação nesse processo; o "faz-de-contas" de alunos e professores, onde a escola freqüentemente nada mais é que um ponto de encontro para formalizar o processo de ensino e aprendizagem; a facilidade com que se aceita na universidade o conceito de que o processo de aprendizagem afinal se fará por ensaio e erro na vida prática, após a chancela do diploma universitário; a ociosidade reinante dentro das universidades, onde professores a justificam contrapondo-a a seus baixos salários, argumento utilizado pelos alunos para fazer política, numa etapa de suas vidas em que deveriam estar aprendendo.

A tudo isso se pode acrescentar o fato de que já nos vestibulares a universidade em geral atua como fator de elitização social, particularmente por oferecer tão somente cursos diversos, só acessíveis a alunos que, em sua maioria, não precisam trabalhar.

Essas as principais disfunções que vejo minar hoje o trabalho e o dia-a-dia da universidade brasileira, agravadas pelo fato de que, dentro do projeto de desenvolvimento do nosso país, a educação nunca recebeu o apoio merecido. O resultado é que as universidades vivem de há muito numa situação de penúria econômica agudizada pela máquina paralisante do Estado, desaguando num estado de ânimo que mistura pobreza, burocracia e um desalento difícil de ser rompido.

Tudo isso trabalha para a crença generalizada, vigente hoje em dia, de que a universidade brasileira não logrou conseguir cumprir seus objetivos. Certamente temos motivo de sobra para nos orgulharmos de muitos homens de ciência que contribuíram e continuam contribuindo para a investigação científica original a partir das universidades; não se pode esquecer também que, numas poucas escolas, a qualidade do ensino atingiu padrão admirável. Decorrencia dessas distorções, entretanto, não poucos de nós já assistiram ao esplendor, à estagnação e à decadência de várias instituições modelares. *E, de um modo geral, são poucos os cientistas autênticos em relação à dimensão das dificuldades nacionais.* De modo que prevalece a afirmativa inicial do precário rendimento de nossas universidades.

Dá a necessidade de acordar de vez para a realidade de hoje, uma realidade brasileira feita

de dependência tecnológica, econômica e certamente também política. É essa dependência em todos os sentidos o traje que veste a nossa crise. Não sou pessimista. Retomo a idéia de que a crise é uma excelente oportunidade de renovação, porque é quando os recursos mais escasseiam que a inteligência ousa encontrar as soluções mais criativas capazes exatamente de trabalhar com a didática da escassez. Em períodos de extrema dificuldade conjuntural, como o nosso, e sempre à margem de soluções milionárias, é que algumas universidades secularmente exemplares, da Europa e da América, deixaram de andar a reboque na história para assumir a vanguarda dos acontecimentos. Daí as soluções inovadoras que permitiram à sociedade ter em mãos formas de resolver problemas novos, nos quais tropeça, naturalmente, em qualquer época.

A reflexão que imediatamente se impõe é a de como agilizar os mecanismos emperrados da universidade para uma função que necessita, afinal, de enorme fluidez, e fazê-la participar do processo de solução de problemas socialmente relevantes. Deve-se admitir que é complicado. A rigidez das leis e das formas que comandam o processo universitário e, embutido nele, a estrutura precocemente anquilosada dos departamentos, contêm em si uma inércia tão grande que freqüentemente nos sentimos impotentes para iniciar sequer o estudo das modificações. E a participação dos setores administrativos da universidade nos órgãos superiores de decisão não lhes confere, quase nunca, força suficiente para levar adiante suas propostas.

Complicado, mas não impossível. Parece-me que a universidade brasileira se encontra naquela fase dual entre a capitalização de saber — onde a escola prepara mão-de-obra para o mercado, com o objetivo de produzir capital — e a abertura cultural que se está esboçando com o surgimento de uma massa crítica de pensadores voltados para a realidade nacional e para uma posição cada vez mais crítica e construtiva.

Uma coisa transparece como absolutamente certa, tanto na participação da Universidade no processo de desenvolvimento quanto na própria participação da Universidade na preservação da cultura: a necessidade de interdisciplinaridade e da integração com a Comunidade.

Só elas oferecem as condições preliminares e indispensáveis para, a partir do conhecimento da nova realidade e da forma pela qual estão sendo assimiladas, buscar aí a motivação para o processo de pesquisa e dele tirar propostas de novas e inteligentes soluções para os problemas que atualmente enfrentamos.

Essa postura em nada prejudica as funções tradicionais da Universidade. Pelo contrário, as aprimora, dada a necessidade de entender a educação como um processo cultural. E tratar a educação como um processo cultural significa colocar a realidade brasileira com todas as suas peculiaridades e características criadoras como fonte de inspiração para o desenvolvimento do ensino superior no Brasil.

Sem nenhuma pretensão de que esta seja a melhor fórmula e tampouco a única, gostaria de referir uma ou duas experiências que estamos levando a cabo na Universidade Estadual de Campinas. Refiro-me em primeiro lugar aos Núcleos de Estudos Interdisciplinares. É uma experiência que, passando pela interdisciplinaridade, avança no sentido da integração com a comunidade e serve aos propósitos tanto do processo de desenvolvimento como de tarefa de preservação cultural e da reformulação do ensino.

Os Núcleos de Estudos Interdisciplinares são constituídos por grupos de pessoas provenientes de diferentes áreas do conhecimento, que se unem para estudar e propor soluções para assuntos específicos do processo conjuntural de desenvolvimento e de sua teleologia, como é o caso do Núcleo de Estudos de População e do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas, para citar alguns dos já implantados, ou para se aprofundar em áreas relacionadas com aspectos culturais especiais, tais como os Núcleos de Comunicação Sonora, Estudos Latino-Americanos, Integração Cultural.

Para a sua implantação não há, normalmente, necessidade de prédios ou equipamentos, nem há tampouco necessidade de desvinculação do docente de sua área de origem departamental. Com raras exceções foram realizadas contratações de outros especialistas.

Caracteriza-se portanto o Núcleo como uma forma transitória de aglutinação de pesquisadores, desprovida de local físico próprio, que privilegia a interdisciplinaridade e a integração com a comunidade em todos os seus níveis.

Em que pese a necessidade, em alguns poucos casos, de se exercer controles sobre o eventual prejuízo que alguns professores vinculados aos Núcleos poderiam causar às atividades tradicionais relevantes da universidade, os resultados têm sido, a curto prazo, francamente positivos.

Conseguimos atrair para a Universidade alguns pesquisadores do mais alto nível, que não teriam vindo não fossem as estruturas dos Núcleos. Logramos, para os projetos apresentados pelos Núcleos, suporte econômico que já permite a independência financeira de alguns deles.

Em poucos meses, o Núcleo de Integração e Difusão Cultural constituiu uma Orquestra de Câmara do mais alto nível. O Núcleo de Informática Biomédica recebeu das instituições médicas da região de Campinas mais de duzentos pedidos de assessoria. O Núcleo de Informática em Educação, num projeto conjunto com a Secretaria Especial de Informática, prepara-se para introduzir, pioneiramente, o computador nas escolas secundárias. O Núcleo de Engenharia Biomédica vem simplesmente introduzindo no Brasil as técnicas de recuperação e desenvolvimento de equipamentos hospitalares, iniciativa que irá beneficiar em breve toda a nossa cara, tentacular e ultra-dependente rede hospitalar. Do mesmo modo, inúmeros outros projetos de aplicação prática imediata e de pronto alcance social estão sendo desenvolvidos por núcleos como o de Políticas Públicas, o de Estudos de População e outros.

Finalmente, não podemos deixar de nos referir a uma outra experiência interessante em andamento atualmente na Universidade Estadual de Campinas, que é o seu processo de mudança institucional.

Recordam-se todos do clima anárquico instaurado na Universidade Estadual de Campinas há dois anos, quando se registrava um total divórcio entre os órgãos diretores e a comunidade universitária. A primeira preocupação da reitoria, ao assumir, foi tomar o pulso dessa comunidade e procurar sentir quais os seus problemas que pediam solução mais urgente. A partir daí, hierarquizou-os, deu-lhes forma e propositura jurídica e devolveu-os à mesma comunidade, ouvindo opiniões e consultando docente por docente.

Daí nasceu um conjunto de respostas que se consubstanciou em alguns documentos fundamentais elaborados por comissões assistidas de perto pela Associação de Docentes ganhando forma e entrando em discussão no Conselho Diretor, que os aprovou. Isso permitiu neutralizar os pontos de atrito mais agudos, além de inovar a Instituição e colocá-la definitivamente nos trilhos da institucionalização.

Essa proposta, fruto de um denominador comum no seio da comunidade docente, acaba de ser aprovada no Conselho Estadual de Educação, e a comunidade, animada por este primeiro êxito, dá plena continuidade à sistemática de aprimoramento da instituição.

Esse descomunal porém indispensável trabalho, que não tem a pretensão de refazer integralmente o estatuto da universidade, mas pelo menos seus aspectos mais importantes, legitimará a

estrutura universitária e fornecerá bases sólidas não só para o trabalho de pacificação interna que se iniciou há dois anos, mas também para uma adaptação da universidade às novas funções que lhe são oferecidas pelo processo histórico.

A legitimação da Universidade, processo muito mais importante que a sua legalização, dá-se na medida em que, através de procedimentos como esse, se vão reduzindo as distâncias entre os anseios da comunidade interna e a vontade política do órgão colegiado máximo da instituição — aproximando portanto seus objetivos comuns das expectativas da comunidade externa, para a qual deve estar voltada a Universidade.

Esse processo de legitimação, no seu sentido mais amplo e mais puro, deveria ser em última análise preocupação do Governo, que, respaldado num mandato popular, pautaria sua atuação junto às universidades de modo perfeitamente coerente; ou seja, concedendo-lhes recursos porém exigindo-lhes legitimidade, deixando de lado a praxe de atuação episódica — a que drena abscessos em períodos de crise — ou a praxe paternalista, que adota no mais das vezes critérios políticos menores.

É aí talvez que se deve colocar os limites da autonomia universitária na obrigação e no direito que o Governo eleito pelo povo tem de dirigir os caminhos da Universidade para benefício desse povo a curto, médio ou longo prazos.

Voltando à Universidade Estadual de Campinas: por ocasião da posse da atual reitoria era opinião geral entre professores, alunos e funcionários que se abria uma nova etapa de crise na universidade. Era um temor justificado, pois nenhum dos que haviam lutado de perto contra a intervenção acreditava que os riscos de um recrudescimento autoritário estivessem totalmente afastados. E estavam, como se viu a seguir; orgulho-me de que os próprios docentes, através de sua associação de classe, tenham descoberto que procurávamos desde o início permitir a penetração da luz num ambiente cuja obscuridade até então cegava mesmo a consciência dos mais lúcidos.

Enfim, creio que o aclaramento de alguns aspectos conflitivos, entre os quais sem dúvida destaque o institucional, levou a mudanças substanciais que aos poucos adaptaram à crise nacional a nossa universidade, revitalizando-a sem que para isso ela tenha perdido substância ou caísse no imobilismo.

Cito esses exemplos na tentativa de demonstrar algo de que sempre estive convencido: o aprimoramento da Universidade não se faz só com o auxílio da retórica ou da batalha política,

mas também e principalmente assumindo o risco de pôr em prática idéias novas e do interesse não exatamente de grupos isolados, porém de toda a instituição.

Isso passa pelo velho e atual problema do mundo subdesenvolvido, onde a distância entre o saber e o fazer vem-se agravando não só na sociedade como um todo mas também no interior das universidades.

Agora mais do que nunca, é preciso romper esse círculo vicioso e aproximar o discurso da ação, o problema da solução, sem o que nem o país nem a universidade encontrarão as saídas que procuram. E nessa busca de eficiência e autenticidade, uma boa orientação de base é redescobrir nos objetivos da universidade a sua direção — e essa direção, sem dúvida, aponta para a sociedade que a sustenta.

Contribuindo para melhorar as condições de saúde, educação e bem-estar social do povo, estaremos dando a ele, não só maior poder reivindicatório, mas também maior ângulo de visão, para que possa escolher seus próprios caminhos sem ser vítima de repressões injustas ou de aliciamentos mal intencionados e oportunistas. *Isto significa, na minha ótica, a verdadeira liberdade, que só será conseguida quando se acabar com a miséria física e intelectual.*

E não se trata de apostolar a liberdade pelo lindo som que a palavra tem, mas de trabalhar por ela, servindo com suor e talento à nossa coletividade.

Não posso deixar de lembrar, também, as profundas e corajosas palavras de *GOETHE*, nos seus epigramas venezianos publicados em 1791:

"Todos os apóstolos da liberdade, sempre os detestei. Arbítrio era o que afinal cada um procurava para si. Se quiseses libertar muitos, ousa servir a muitos. Perguntas quão perigosa será tal empresa? Experimenta."

Para concretização dessa opção de universidade atuante torna-se indispensável, repito, sua integração com a comunidade, em todos os níveis e em todas as áreas de conhecimento, condição primordial para, a partir de vivências reais dos problemas de maior prevalência, ajustar suas ações na direção de soluções adequadas.

Felizmente, parece-me que a esta altura a Universidade Estadual de Campinas conscientizou-se disso. Recordam-se os senhores que essa postura foi publicamente assumida por nossa universidade no final do ano passado, através de um Manifesto que, idealizado por um grupo de intelectuais, foi aprovado por unanimidade no

Conselho Diretor, que até então se tinha absterido de manifestações políticas de ordem geral. O que vem ali contido será matéria de exame e trabalho sério durante o ano de 1984. Gostaria de concluir este artigo trazendo de novo ao conhecimento dos senhores o teor daquele documento:

"A instituição universitária não se separa da comunidade a que serve e sua existência só se justifica quando colocada a serviço de fins sociais claramente definidos.

Por consequência, os problemas vividos pela sociedade brasileira são problemas específicos da Universidade e compete ao organismo universitário refletir sobre eles e apontar saídas sociais condignas.

Em outras palavras, a Universidade, no ato espontâneo de resolver seus próprios problemas, não deve perder a oportunidade de considerar, conjuntamente, os problemas globais da sociedade em que está inserida.

Ora, são peculiares, no momento, as condições em que vive a comunidade brasileira. Amplas camadas da população subsistem em quase total estado de miserabilidade. A fome generalizada, a falta de moradias e o quadro desalentador da saúde pública só encontram paralelo, hoje, nas regiões mais pobres do mundo. Nunca na história nacional se registrou empobrecimento tão numeroso de menores sem assistência, de subempregados, desempregados e marginalizados do sistema produtivo.

Dramatizados pelo crescimento geométrico da violência urbana e no campo, esses fatos sofrem ainda o impacto de uma política econômica recessiva e das dubiedades que cercam o momento político.

Ao se perguntar se não está em jogo a vontade nacional e, mesmo, se não está em risco a identidade nacional, a Universidade Estadual de Campinas sente-se no dever de, ordenadamente, voltar sua massa crítica para um exame global da crise brasileira.

Se é fato que nossa Universidade já vem tradicionalmente exercendo esse papel crítico nas várias áreas do conhecimento e em quase todas as circunstâncias da vida nacional, melhor ainda fará sistematizando tal prática através de uma reflexão continuada e redobrando sua atenção quanto aos problemas mais urgentes do País.

Nesta sua última reunião do ano de 1983, o Conselho Diretor da Universidade Estadual de Campinas, refletindo o pensamento e a vontade política de todos os segmentos da instituição, se associa à sua comunidade universitária para deflagrar, no ano seguinte, esse processo de reflexão através de uma série de atividades de caráter científico, cultural e político, sem prejuízo de sua programação acadêmica regular.

Engajada com a crise, nela inserida e comprometida com a sua solução, a Universidade manifesta assim o desejo legítimo de contribuir mais uma vez, e decididamente, para o bem-estar da comunidade de que é parte.

E como tal, espera ser ouvida."